



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.^a SL

Aos 5 dias do mês de dezembro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.^{os} 214/XIII/4.^a a 221/XIII/4.^a, relativas às reuniões de 31 de outubro, 5, 8, 9 (manhã e tarde), 12, 14 e 15 de novembro de 2018
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Presidente do Conselho de Administração da ANACOM sobre a prestação e qualidade do serviço disponibilizado pela empresa CTT - Correios de Portugal, S.A., à luz do contrato de concessão do serviço público universal de correios
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PEV para audição do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, na sequência da tragédia na antiga EN255, no troço Borba-Vila Viçosa
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição urgente da Ministra do Mar, da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra e do Sindicato dos Estivadores da Atividade Logística (SEAL) sobre o conflito laboral no Porto de Setúbal
5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Ministro Adjunto e da Economia, do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, da Agência Portuguesa do Ambiente e do Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia, sobre o colapso da Estrada Nacional 255, junto às Pedreiras "Olival Grande São Sebastião" e "Carrascal JS", no concelho de Borba
6. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 152/XIII/4.^a (GOV) – Autoriza o Governo a estabelecer as normas a que

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.^a SL

devem obedecer o XVI Recenseamento Geral da População e o VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021).

– Relatora: Deputada Ana Passos (PS)

7. Apreciação e votação dos relatórios finais das Petições n.ºs 155/XIII/1.^a – “Solicita que sejam discutidos em plenário os efeitos negativos da publicidade na sociedade portuguesa” e 197/XIII/2.^a – “Solicita que seja elaborado um estudo sobre o impacto da publicidade e dos meios de comunicação social na saúde e na educação durante a infância”

– Relator: Deputado André Pinotes Baptista (PS)

8. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 512/XIII/3.^a – “Modernização da linha ferroviária do Oeste.”

– Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

9. Deliberação sobre o relatório final da Petição n.º 531/XIII/3.^a – “Solicita que a integração do serviço de transporte concessionado à FERTAGUS na CP”

10. Petição n.º 550/XIII/4.^a – “Solicitam a regulação da atividade dos representantes comerciais” (12 subscritores)

– Apreciação e votação da nota de admissibilidade

11. Petição n.º 559/XIII/4.^a – “Solicitam a adoção de medidas com vista à manutenção da Loja dos CTT, na freguesia de Mora” (682 subscritores)

– Apreciação e votação da nota de admissibilidade

– Nomeação de relator (cabe ao PS)

12. Fixação da redação final relativa aos Projetos de Lei n.ºs 737/XIII/3.^a (CDS-PP) e 760/XIII/3.^a (PS), sobre o dever de informação do comercializador de energia ao consumidor

13. Nomeação de relator para o parecer na generalidade da Proposta de Lei n.º 164/XIII/4.^a (ALRAM) – Décima primeira alteração ao regime jurídico

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.^a SL

aplicável às atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro

– Relator cabe ao PSD

14. Reapreciação do prazo para apresentação de propostas de alteração aos Projetos de Lei n.ºs 580/XIII/2.^a (PEV), 815/XIII/3.^a (BE), 817/XIII/3.^a (PAN) e 818/XIII/3.^a (PSD), todos relativos à alteração da Lei das Comunicações Eletrónicas

15. Outros assuntos

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 214/XIII/4.^a a 221/XIII/4.^a, relativas às reuniões de 31 de outubro, 5, 8, 9 (manhã e tarde), 12, 14 e 15 de novembro de 2018

Submetidas as atas em epígrafe a votação, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Presidente do Conselho de Administração da ANACOM sobre a prestação e qualidade do serviço disponibilizado pela empresa CTT - Correios de Portugal, S.A., à luz do contrato de concessão do serviço público universal de correios

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou o requerimento, referindo que os CTT estavam a desenhar uma estratégia, nunca diretamente assumida pelo seu conselho de administração e que contrariava o plano de reestruturação de atividade dos CTT que anunciava o encerramento de 22 estações de correios na zona litoral do país, de um conjunto de encerramentos muito mais vasto, das estações que não sejam suscetíveis de serem agências do Banco CTT. Lembrou a audição do Ministro



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.^a SL

do Planeamento e das Infraestruturas sobre esta matéria e a resposta do Ministro no sentido de que quem tinha responsabilidade para avaliar o encerramento de estações era o regulador. Assim, concluiu, o requerimento propõe a audição do regulador, que até ao momento se tem mantido em silêncio sobre a matéria.

Intervieram no debate os Senhores Deputados Fernando Jesus (PS), para concordar com o requerimento e referir as notícias vindas a público de encerramento de diversas estações por todo o país; Bruno Dias (PCP), para argumentar que o que se estava a passar nos CTT era uma questão essencialmente política e que, não discordando da audição da ANACOM, previa que esta iria dar conta do esforço de acompanhamento da situação, da alteração dos parâmetros dos indicadores de qualidade, da disputa jurídica que os CTT encetaram contra a decisão da ANACOM e dizer que o contrato de concessão estava a ser cumprido; e Joel Sá (PSD), para referir que o seu grupo parlamentar nada tinha a opor à audição, considerando que havia preocupações que tinham de ser acauteladas.

Submetido o requerimento a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PEV para audição do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, na sequência da tragédia na antiga EN255, no troço Borba-Vila Viçosa

O Senhor Presidente propôs a apreciação conjunta deste ponto e do ponto 5 da ordem do dia, o que foi aceite, e deu conta da entrada de um requerimento apresentado pelo PCP, para audição de várias entidades sobre este mesmo assunto, o qual poderia ser apreciado também neste ponto, havendo consenso. De seguida, deu a palavra à Deputada Heloísa Apolónia (PEV), para apresentar o requerimento que subscreve.

A Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) apresentou o requerimento para audição do Ministro do Ambiente e da Transição Energética sobre o aluimento de terras na EN 255, fundamentando na necessidade de ouvir as entidades com responsabilidade, nomeadamente, no que toca ao licenciamento e à fiscalização, e a obtenção de



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.^a SL

respostas quanto à segurança e as medidas que se pretendem tomar para outras situações, tanto na zona dos mármorees como noutras pedreiras existentes no país. Concluiu, expressando concordância com os restantes requerimentos em apreciação.

De seguida, o Senhor Deputado Ernesto Ferraz (BE) apresentou o requerimento para audição de diversas entidades sobre o colapso da EN 255, reiterando a necessidade de audição dos membros do Governo com responsabilidade política nesta área, bem como as entidades técnicas, no mais curto prazo de tempo, para se apurar o que aconteceu e saber ao certo todas as situações que possam vir a ocorrer no país. Concluiu, reiterando a necessidade de apurar responsabilidades.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o requerimento do PCP sobre a mesma matéria, realçando que a proposta de audição do Bastonário da Ordem dos Engenheiros tem em consideração o contributo trazido por aquela Ordem no que tocava à segurança destas unidades industriais bem como o facto de ter dado a conhecer uma parte das preocupações, em termos de segurança, que têm sido veiculadas até ao momento. Justificou também a audição da FEVICOM com o facto de esta, do ponto de vista da representação dos trabalhadores deste setor, ter vindo a chamar a atenção para a necessidade de acompanhamento da situação destas indústrias. Concluiu, afirmando a necessidade de ouvir o Ministro do Ambiente e da Transição Energética, por ser quem tem a tutela ministerial desta área.

Usaram da palavra a propósito destes requerimentos os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD) e Luís Moreira Testa (PS).

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) considerou as audições importantes e alertou para a urgência da sua realização, que devia ser o mais breve possível, porque estava gerado um clima de suspeição de falta de licenciamento e de condições de trabalho. Afirmou querer acreditar que o Estado e as suas instituições funcionavam e que aquelas empresas estavam devidamente licenciadas e fiscalizadas e que era necessário sossegar as pessoas da zona e também os trabalhadores e as empresas, considerando a importância do setor em causa. Concluiu, propondo o aditamento da



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.ª SL

audição da Universidade de Évora, por ser a instituição de melhor conhece em pormenor aquela região, em termos geológicos.

Pelo Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) foi afirmado que o seu grupo parlamentar nada tinha a opor às audições, as quais entendia serem fundamentais para o esclarecimento de eventuais responsabilidades políticas que possam vir a existir, e que suportava também a necessidade de ouvir outras entidades. Dirigindo-se ao Deputado Heitor de Sousa, defendeu que não se justificava a audição do Ministro-Adjunto e da Economia, porque não tinha qualquer tutela sobre esta matéria em concreto, uma vez que as atividades extrativas eram da tutela do Ministro do Ambiente e da Transição Energética e as infraestruturas rodoviárias eram da tutela do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas., tendo reiterado a sua não oposição a essa audição mas alertando para a possibilidade de uma resposta por parte do Senhor Ministro-Adjunto e da Economia de que as perguntas deveriam ser colocadas aos outros Ministros referidos.

Tornaram a usar da palavra os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), para justificar a solicitação da audição do Ministro-Adjunto e da Economia pela tutela passada que este ministério teve, uma vez que as empresas eram licenciadas pela Direção Regional de Economia da região respetiva, pelo que valia a pena apurar os factos relacionados com esse licenciamento, e para expressar concordância com os outros requerimentos e a proposta oral feita pelo PSD; Bruno Dias (PCP), para questionar se o objetivo da audição do Ministro-Adjunto e da Economia tinha a ver com o apuramento de informações relacionadas com a intervenção da ex-Direção Regional de Economia, entidade já extinta, ao que o Deputado Heitor de Sousa respondeu afirmativamente; e Luís Moreira Testa (PS), para esclarecer que, com a extinção das Direções Regionais de Economia, os seus serviços tinham sido integrados nas CCDR, estas estavam sob a tutela dos Ministros do Planeamento e das Infraestruturas e do Ambiente e Transição Energética e todo o espólio informativo estava nas CCDR.

O Senhor Presidente concluiu que, face ao largo consenso verificado e o vasto conjunto de entidades a ouvir, o mais curial seria votar os requerimentos e dirimir esta



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.^a SL

questão na reunião de mesa e coordenadores que iria marcar para o início da semana seguinte, tendo ainda intervindo o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) para argumentar com a gravidade da situação, a aparente anarquia no licenciamento e fiscalização destas empresas e as notícias vindas a público sobre o histórico da intervenção da ex-Direção Regional de Economia no licenciamento das pedreiras.

Submetidos a votação, foram todos os requerimentos, bem como a proposta apresentada pelo PSD, aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição urgente da Ministra do Mar, da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra e do Sindicato dos Estivadores da Atividade Logística (SEAL) sobre o conflito laboral no Porto de Setúbal

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou o requerimento, referindo que havia centenas de trabalhadores do Porto de Setúbal que não tinham qualquer contrato coletivo de trabalho e alguns estavam nessa situação havia mais de 20 anos, a qual considerou tratar-se de um situação de escravatura moderna. Reiterou que a situação configurava uma ilegalidade que era cometida anos a fio com essas pessoas, que trabalhavam à jorna, estando disponíveis 24 horas por dia. Reiterou os termos do requerimento e fez referência ao envolvimento da Ministra do Mar nas negociações. Concluiu, realçando a importância de ouvir os envolvidos na situação.

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para concordar com as audições, considerar que a situação era da maior gravidade, com evidentes consequências para a economia. Fez alusão ao afunilamento que tem sido feito das consequências da não comparência ao trabalho destes estivadores, o que fazia parecer que o Porto de Setúbal era privativo de uma empresa, mas para que esta possa carregar os automóveis que produziu, todo o restante tecido empresarial ficou sem serviço portuário. Realçou que as consequências dessa situação tanto se refletiam nas exportações como nas importações. Fez a distinção entre esta situação e a luta dos estivadores a nível nacional, que não se aplica aos do Porto de Setúbal



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.^a SL

porque a estes, não tendo vínculo laboral, não se lhes aplica a figura da greve. Concluiu afirmando que a abordagem urgente deste assunto não se devia atrasar ou condicionar por nenhuma razão e que, tendo havido também um requerimento para ouvir a Ministra do Mar sobre a situação na Comissão de Agricultura e Mar, que tentava agendar a audição para a terça-feira seguinte, isso não era cedo demais.

O Senhor Presidente afirmou que o CDS-PP não punha de parte a possibilidade de, no futuro, suscitar a audição do Ministro-Adjunto e da Economia, sobre os impactos desta situação na economia.

Pelo Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) foi afirmada concordância com o requerimento e lembrada a audiência, no dia anterior, concedida ao Conselho Português de Carregadores. Referiu que se se tratasse meramente de um conflito laboral a Comissão não teria competência para fazer estas audições, mas o impacto económico da situação atingia fortemente o próprio distrito e toda a economia nacional, pelo que fazia sentido ouvir estas entidades na Comissão.

Finalmente, o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) expressou concordância com o requerimento e considerou que as audições eram úteis para se perceber até que ponto dois interesses legítimos e conflituantes podiam ser dirimidos para pacificar um setor que era muito importante para o país e quais as medidas que se podiam adotar para que no futuro se pudesse ter normalidade no setor.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Ministro Adjunto e da Economia, do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, da Agência Portuguesa do Ambiente e do Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia, sobre o colapso da Estrada Nacional 255, junto às Pedreiras "Olival Grande São Sebastião" e "Carrascal JS", no concelho de Borba



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.^a SL

Este ponto da ordem do dia foi discutido conjuntamente com o ponto 3.

6. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 152/XIII/4.^a (GOV) – Autoriza o Governo a estabelecer as normas a que devem obedecer o XVI Recenseamento Geral da População e o VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021).

– Relatora: Deputada Ana Passos (PS)

De seguida, a Senhora Deputada Ana Passos (PS) apresentou, de forma circunstanciada, o parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 152/XIII/4.^a.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), para cumprimentar a relatora e considerar o parecer correto; Ernesto Ferraz (BE), no mesmo sentido e para realçar a importância da realização dos censos e a necessidade de tomada de posição após o conhecimento dos seus resultados; e Pedro Mota Soares (CDS-PP), para cumprimentar a relatora, expressar concordância com o parecer e realçar as audições promovidas.

Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

7. Apreciação e votação dos relatórios finais das Petições n.ºs 155/XIII/1.^a – “Solicita que sejam discutidos em plenário os efeitos negativos da publicidade na sociedade portuguesa” e 197/XIII/2.^a – “Solicita que seja elaborado um estudo sobre o impacto da publicidade e dos meios de comunicação social na saúde e na educação durante a infância”

– Relator: Deputado André Pinotes Baptista (PS)

O Senhor Deputado André Pinotes Baptista (PS) apresentou os relatórios finais das Petições n.ºs 155/XIII/1.^a e 197/XIII/2.^a.

Submetidos a votação, foram os relatórios finais aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.^a SL

8. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 512/XIII/3.^a – “Modernização da linha ferroviária do Oeste.”

– Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

De seguida, a Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) apresentou brevemente o relatório da Petição n.º 512/XIII/3.^a, o qual considerou suficientemente claro.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), para cumprimentar a relatora, e dar conta da situação atual do processo relativo a esta linha ferroviária, que se encontra em consulta pública até 12 de dezembro, para reafirmar que teria sido preferível fazer as coisas de raiz, não fossem os constrangimentos orçamentais, e lembrar que o percurso sinuoso entre Meleças e Óbidos vai continuar a condicionar o desempenho da linha; e Pedro Pimpão (PSD), para cumprimentar a relatora, concordar com o orador antecedente, e realçar a importância desta linha para a região e para as dinâmicas sociais e económicas entre Lisboa e Coimbra, alertando para a necessidade de atenção ao número de carruagens e de comboios em circulação, aos horários, cuja alteração pode implicar maior ou menor adesão das pessoas, e ao impacto económico nas empresas que usam a linha para o transporte de mercadorias.

Submetido a votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

9. Deliberação sobre o relatório final da Petição n.º 531/XIII/3.^a – “Solicita que a integração do serviço de transporte concessionado à FERTAGUS na CP”

O Senhor Presidente submeteu a apreciação o relatório final da petição n.º 531/XIII/3.^a, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

10. Petição n.º 550/XIII/4.^a – “Solicitam a regulação da atividade dos representantes comerciais” (12 subscritores)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.ª SL

– Apreciação e votação da nota de admissibilidade

Submetida a votação, a nota de admissibilidade sobre a petição n.º 550/XIII/4.ª foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

11. Petição n.º 559/XIII/4.ª – “Solicitam a adoção de medidas com vista à manutenção da Loja dos CTT, na freguesia de Mora” (682 subscritores)

– Apreciação e votação da nota de admissibilidade

– Nomeação de relator (cabe ao PS)

Submetida a votação, a nota de admissibilidade sobre a petição n.º 559/XIII/4.ª foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

O Senhor Presidente informou que, apesar de caber ao PS a nomeação de relator, o Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) tinha já outras petições sobre assunto similar, pelo que foi nomeado relator.

12. Fixação da redação final relativa aos Projetos de Lei n.ºs 737/XIII/3.ª (CDS-PP) e 760/XIII/3.ª (PS), sobre o dever de informação do comercializador de energia ao consumidor

O Grupo Parlamentar do PS solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião ordinária seguinte.

13. Nomeação de relator para o parecer na generalidade da Proposta de Lei n.º 164/XIII/4.ª (ALRAM) – Décima primeira alteração ao regime jurídico aplicável às atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro

– Relator cabe ao PSD

O PSD informou que indicaria o nome do relator, assim que possível.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.ª SL

14. Reapreciação do prazo para apresentação de propostas de alteração aos Projetos de Lei n.ºs 580/XIII/2.ª (PEV), 815/XIII/3.ª (BE), 817/XIII/3.ª (PAN) e 818/XIII/3.ª (PSD), todos relativos à alteração da Lei das Comunicações Eletrónicas

O Senhor Presidente lembrou que tinha sido pedido à ANACOM que até final de outubro enviasse à Comissão as sugestões de alteração da lei das comunicações eletrónicas que, aparentemente, tinha em preparação, mas nada tinha sido enviado até ao momento.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Luís Moreira Testa (PS), para afirmar que os Deputados estavam na expectativa de receber essa informação, mas, como não chegou, qualquer prazo que se fixasse agora teria de ser um prazo final; Bruno Dias (PCP), para sugerir que fosse feito um pedido de parecer formal à ANACOM, caso não tenha já sido feito e lembrar que eventuais propostas que a ANACOM tenha sobre o assunto enviá-las-á ao Governo e não à Assembleia da República; e Joel Sá (PSD), para lembrar que se tinha adiado o prazo de entrega de propostas porque a ANACOM, numa audição noutra comissão, tinha feito saber que estaria a preparar propostas sobre a matéria, pelo que propunha que a ANACOM fosse diretamente questionada, quando fosse ouvida na Comissão, mesmo que a propósito de outra matéria.

Concluiu o Senhor Presidente, referindo que, tendo sido aprovada nessa mesma reunião uma audição da ANACOM, quando a mesma for contactada para agendar essa audição será informada de que este assunto pode ser abordado pelos Deputados.

15. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que o Ministro do Ambiente e da Transição Energética tinha feito chegar à Comissão uma solicitação para audição de uma personalidade para vogal da ERSE, pelo que a pretendia agendar para a quarta-feira seguinte, reunião em que agendaria também a audiência solicitada pela Plataforma Alentejo.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.^a SL

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Mota Soares (CDS-PP), para solicitar que a documentação relativa à audição e à audiência fosse enviada, de preferência, ainda nesse dia; e Bruno Dias (PCP), para solicitar que a audição da personalidade indigitada para vogal da ERSE fosse agendada para dia 14 de dezembro, que estava dedicado a reuniões de comissão; tendo o Senhor Presidente concordado com as duas solicitações.

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) lembrou a pendência na Comissão de um conjunto de iniciativas do seu grupo parlamentar sobre direitos do consumidor e solicitou a sua apreciação.

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) foi solicitado que a reunião de mesa e coordenadores anunciada pelo Senhor Presidente pudesse ocorrer na terça-feira, antes da sessão plenária, o que foi aceite.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de dezembro de 2018.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 222/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Topa
Bruno Dias
Emídio Guerreiro
Ernesto Ferraz
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Helga Correia
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
André Pinotes Batista
António Costa Silva
Cristina Jesus

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Norte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Carlos Pereira
Carlos Silva